

Congresso inicia maratona de votações

CORREIO BRAZILIENSE

07 MAR 1993

Isabel Braga

Apesar de interrompido pelo plebiscito para a escolha do sistema de governo em abril e pela revisão constitucional em outubro, o ano de 1993 no Congresso Nacional promete grandes discussões em torno de temas polêmicos. Entre os principais projetos estão os de licitações públicas, a Lei de Diretrizes Básicas da Educação, concessão de serviços públicos, imposto único, Lei das Patentes, e a lei complementar do ajuste fiscal.

O projeto de licitações públicas deverá ser votado na Câmara no próximo dia 10. A proposta foi transformada no Senado Federal em um substitutivo pelo senador Pedro Simon (PMDB/RS) e certamente será alvo de lobbies. No substitutivo, Simon garantiu, entre outras coisas, a possibilidade de fiscalização da contabilidade de empresas que ganharam as licitações, pelo Tribunal de Contas da União.

Ainda em março, serão apreciados na Câmara projetos como o que estabelece normas gerais para criação da Secretaria de Controle Interno do Executivo, o que cria a Ouvidoria Geral da Previdência — enviado pelo presidente Itamar Franco — e o que prevê a indisponibilidade de bens das

pessoas vítimas de sequestro. No dia 17 está prevista a votação do projeto que regulamenta as atividades, disciplina a responsabilidade civil e criminal dos notários e oficiais de registro, definindo a fiscalização de seus atos pelo Poder Judiciário (projeto dos cartórios).

Educação — Uma das principais discussões em plenário este ano se dará em torno da votação da Lei de Diretrizes Básicas da Educação. Há mais de dois anos a matéria vem sendo discutida na Câmara e incluída nas partes prioritárias de votação. A falta de consenso sobre o tema ainda não permite a sua votação. A comissão encarregada de apresentar o projeto final que será levado a plenário se reúne nesta semana para finalizá-lo. O projeto será colocado para votação em sessões extraordinárias para não travar a apreciação de outras matérias menos polêmicas.

Outro projeto que deverá ser amplamente discutido é o que complementa o ajuste fiscal, em fase de votação em segundo turno no Senado, na próxima semana. O Governo tem o prazo de dois meses para enviar ao Congresso a lei complementar sobre o Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras (IPMF). Como

na Câmara, os deputados vincularam a aplicação do novo imposto à aprovação da lei complementar, a proposta deverá ser enviada pelo Executivo, logo após a apreciação pelo Senado. O abalo na base parlamentar do Governo poderá provocar uma demora na apreciação desta lei.

No Senado, também aguarda apreciação o projeto que prevê a concessão de serviços públicos à iniciativa privada. De autoria do senador Fernando Henrique Cardoso, atual ministro das Relações Exteriores, a proposta já foi aprovada na Câmara. O relator do projeto no Senado, senador José Fogaça (PMDB/RS), está estudando a possibilidade de elaborar um substitutivo, aperfeiçoando a matéria.

O grande desafio do Congresso Nacional para este ano é, entretanto, votar o Orçamento Geral da União e a Lei de Diretrizes Orçamentárias. A constituição de uma Comissão Mista com 120 membros para fazer este trabalho é a grande razão da demora na votação, que provoca uma situação inusitada: o presidente Itamar Franco está governando sem a previsão orçamentária de gastos. A maior dificuldade é conseguir quorum (61 parlamentares) para votação.